



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAMBIRA

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2024

CONTRATO DE RATEIO PARA REPASSE RECURSOS FINANCEIROS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MACAMBIRA/SE E O CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO - CPAC

Pelo presente **CONTRATO DE RATEIO**, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MACAMBIRA, ESTADO DE SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.103.684/0001-07, com sede na Praça São Francisco, 24, Bairro Centro, CEP 49565-000, na cidade de Macambira, Estado de Sergipe, neste ato representado pelo Prefeito **JOSÉ CARIVALDO DE SOUZA**, portador do RG nº XX302XX e CPF nº XXX.038.415-XX, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **O CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO - CPAC**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Autarquia, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e do Contrato de Consórcio, inscrito no CNPJ sob nº 15.314.802/0001 - 43, com sede na Avenida Barão do Rio Branco nº 146, 1º. Andar, Bairro Centro, no Município de Ribeirópolis/SE, neste ato representado por seu Presidente, **FLORIVALDO JOSÉ VIEIRA**, prefeito do município de Cumbe/se, brasileiro, casado, portador do RG: 931.377 SSP/SE, CPF: 555.751.965-34, residente e domiciliado na Praça Leandro Maciel S/N – Cumbe/SE, e seu Superintendente, **EVANILSON SANTANA SANTOS**, brasileiro, maior, casado, portador do RG: 3059213-5 SSP/SE e CPF: 000.837.665-45, residente e domiciliado na Rua Professora Maria José Moura nº 75, bairro centro da cidade de Cumbe/SE, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e têm entre si justo e contratado o que segue:

CONSIDERANDO que o presente contrato de rateio é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/21.

CONSIDERANDO que o município consorciado autoriza por Lei o rateio de despesas das atividades e manutenção das instalações da sede do consórcio.

Resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE RATEIO** mediante diretrizes definidas nas cláusulas abaixo, conforme estabelecido pelo disposto do artigo 8º da Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e o artigo 13 do Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, Ata de Fundação datado de 04 de novembro de 2011, Ata do Conselho de Prefeitos também datado de 04 de novembro de 2011 e Estatuto Social e conforme o Contrato de Consórcio referente à constituição do **CONSÓRCIO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO**, oriundo da ratificação por Lei Municipal nº 544/2011 de 03 de Março de 2011 do Protocolo de Intenções, e a autorização de disponibilizar recursos financeiros por Lei Municipal nº 563/2012 de 17 de dezembro de 2012.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAMBIRA

1.1. Constitui-se objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, regulamentar os repasses financeiros de acordo com este instrumento para ratear o custeio de despesas de toda estrutura do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES DO RATEIO

2.1. O MUNICÍPIO CONTRATANTE repassará para o CONSÓRCIO CONTRATADO, o valor estimado deste instrumento de rateio, que corresponde o percentual de 0,30% (zero trinta por cento) do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e 0,30% do ICMS (Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços), com estimativa de valor mensal de R\$ 4.919,86 (Quatro mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos) e valor global de R\$ 59.038,30 (Cinquenta e nove mil, trinta e oito reais e trinta centavos).

2.2. Essa operação financeira será formulada através de resgate automático conforme a disponibilização mensal dos recursos com essas rubricas fornecidos pelo Governo Federal e Estadual, executado pela instituição financeira e sendo creditado nas contas especificadas contas correntes do consórcio, no BANESE, Agência 037, Conta Corrente nº 22/300.123-5, ou no BANCO DO BRASIL, Agência 1124-X, Conta Corrente nº 18.481-0.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente CONTRATO DE RATEIO correrão por conta de rubricas orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA ou como crédito adicional especial na legislação Orçamentária pertinente, dotação suficiente para suportar as despesas assumidas.

XXXXX - Sec. Municipal

XXXXX - Consórcio Público

XXXXX - Rateio pela participação Consorcio Publico

XXXXX - Recursos

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO DOS RECURSO

4.1. A gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como as respectivas prestações de Contas, que inclui a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade da Secretaria Executiva, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Fiscal do CONSÓRCIO CONTRATADO.

4.2. O CONSÓRCIO CONTRATADO deverá fornecer todas as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO CONTRATANTE, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por ocasião do presente contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE

5.1. Entrega recursos ao CONSÓRCIO CONTRATADO somente mediante os termos estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;

5.2. Receber do CONSÓRCIO CONTRATADO a prestação de contas respectivas;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAMBIRA

5.3. Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportará as obrigações.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO/CONTRATADO

6.1. Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na manutenção de despesas da estrutura do consórcio, observadas as normas da contabilidade pública;

6.2. Prestar contas ao MUNICÍPIO CONTRATANTE fornecendo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

5.3. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE exclusivamente nas ações previstas na Lei Orçamentária Anual - LOÁ aprovado em Assembleia Geral Ordinária para exercício financeiro;

6.4. Exigir, do MUNICÍPIO CONTRATANTE, o pagamento regular, sob pena de suspensão dos serviços e informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE com base no presente CONTRATO DE RATEIO, para que sejam consolidadas às contas da mesma;

6.5. Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;

6.6. Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE;

6.7. Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;

6.8. Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. No caso de inadimplência do MUNICÍPIO/CONTRATANTE será notificado para que regularize sua situação perante o Consórcio no prazo de 15 dias úteis.

7.2. Uma vez notificado da inadimplência, e não regularizada a situação no prazo de 120 dias, suspender-se-ão os serviços do consórcio até que o MUNICÍPIO/CONTRATANTE regularize sua dívida.

7.3. A suspensão prevista no item anterior não exime o MUNICÍPIO/CONTRATANTE do pagamento dos débitos referentes ao período que permaneceu inadimplente.

7.4. A parte que der causa à rescisão antecipada deste instrumento, salvo no caso de extinção do CONSÓRCIO CPAC, será obrigado ao pagamento de multa, juros e correções que incidirem sobre o atraso.

7.5. Fica autorizada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO, admitida a retenção das referidas receitas para satisfazer o previsto na presente cláusula.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir de 03 de janeiro até 31 de julho de 2024.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. Considerar-se-á rescindido o presente contrato por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, em caso de extinção do CONSÓRCIO CPAC ou da exclusão do MUNICÍPIO CONSORCIADO de que trata este instrumento, mediante Lei municipal.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAMBIRA

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO


10.1. Fica eleito o foro de Macambira/SE para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste CONTRATO DE RATEIO.

10.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/2005, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

10.3. Este Contrato poderá ser alterado nos limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21, mediante Termo Aditivo, desde que o aditamento não importe em modificação do seu objeto, bem como denunciado, independentemente de prévia notificação, no caso de inadimplência ao disposto em qualquer de suas cláusulas ou por conveniência das partes, mediante notificação com antecedência de 30 (trinta) dias.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (DUAS) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Macambira/SE, 03 de janeiro de 2024.


JOSÉ CARIVALDO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Macambira/SE


FLORIVALDO JOSÉ VIEIRA
Presidente do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano


EVANILSON SANTANA SANTOS
Superintendente do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano.

Testemunhas:

CPF:

CPF: